

PRA MUDAR O PARÁ
PROGRAMA DE GOVERNO



GOVERNADOR
FERNANDO
CARNEIRO
VICE- **TATI PICANÇO**

50



PSOL-PCB-PPL



PSOL 50

Socialismo e Liberdade

PROGRAMA DE GOVERNO - 2018

PRA MUDAR O PARÁ

EIXOS PROGRAMÁTICOS

- 01- BEM VIVER
- 02- CUIDAR DAS PESSOAS
- 03- UMA ECONOMIA A SERVIÇO DO POVO
- 04- GARANTIR DIREITOS
- 05- GOVERNAR COM O POVO

GOVERNADOR
FERNANDO
CARNEIRO
VICE- **TATI PICANÇO**

PSOL-PCB-PPL

1. APRESENTAÇÃO

O Programa de Governo dos candidatos Fernando Carneiro e Tati Picanço é fruto de uma construção coletiva baseada nos anseios e necessidades do povo paraense que há muito tempo sofre com a falta de investimentos em políticas públicas inclusivas, democráticas e humanas.

A conjuntura atual se configura pelo aprofundamento da crise do capitalismo provocado pela diminuição das taxas de lucro da classe burguesa, que historicamente explora a mão de obra da classe trabalhadora e os demais segmentos sociais excluídos e que tem levado a população mundial a alterar sua sociabilidade humana. O acirramento da luta de classes é materializado pela intensificação da retirada de direitos sociais, políticos e democráticos da classe trabalhadora, da juventude, das mulheres, de indígenas, de negras e negros, de LGBTTI e de todas as frações de classes que sofrem diante desse cenário.

A apresentação das propostas para um Pará acolhedor, humano e de direitos representa um modelo de gestão governamental baseado em efetivação de políticas públicas intersetorializadas, ou seja, articuladas entre si, no sentido de garantir a desconcentração da gestão pública que historicamente tem sido focada na pessoa do governador e seu secretariado/assessoria, com pouca ou quase nenhuma inserção da vontade e participação da população como um todo. A metodologia da gestão intersetorializada requer a realização de planejamentos participativos cujos princípios são empoderar e compartilhar competências para efetivação Programas/Ações que garantam a execução de políticas públicas a partir dos preceitos constitucionais e que garantam os direitos sociais sem distinção de classe, localização geográfica, gênero, raça, etnia, idade, etc.

Sabemos que o estado do Pará é um estado extenso em termos de territorialidade e riquezas naturais é o segundo maior estado do país com uma extensão de 1.248.042,515 km², dividido em 144 municípios. É o estado mais populoso da região Norte, contando com uma população de 8.074.000 habitantes: povos originários (indígenas), negros, brancos, ribeirinhos e asiáticos. Espalhados pelo campo (34%) e cidades (66%). A economia do Pará

baseia-se no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho e outros) e vegetal (madeira, produtos alimentícios e fitoterápicos), na agricultura, na pecuária, na indústria e no turismo. Vale ressaltar que a mineração é o ramo de produção que predomina na região sudeste, Parauapebas é a maior produtora. No que se refere a atividade pecuária o Pará tem um rebanho calculado em mais de 14 milhões de cabeças de bovinos – está mais presente na região sudeste, e por fim a agricultura e a pesca mais presentes na região nordeste. O que nos leva a propor o mesmo cuidado sobre os investimentos para o desenvolvimento igualitário de todas as regiões do estado sem desconsiderar suas peculiaridades socioambientais e culturais.

A capital Belém, reúne em sua região metropolitana cerca de 2,1 milhões habitantes, sendo a maior população da região Norte do Brasil. O setor industrial aí concentrado, está encabeçado pelos distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, e nos municípios de Marabá e Barcarena.

Por isso, a importância da intersectorialidade como estratégia e método de gestão desconcentrada e participativa, haja vista que não se pode pensar em construir políticas públicas sem considerar a relevância da interação e integração dos diversos órgãos e instituições no compromisso comum para efetivação de direitos e que garanta também, a participação social como requisito essencial de legitimidade da elaboração, monitoramento e execução das políticas sociais.

Pensar o Pará a partir dos recursos naturais que o estado possui nos dá esperança e a segurança de que nossos potenciais para o desenvolvimento de um estado acessível, igualitário e humano ao conjunto da população paraense, principalmente, a população pobre, é possível!

As dificuldades que temos em construir um Programa de Governo para um estado como o Pará que se apresenta com tantos problemas de desigualdades econômicas e sociais devido ao descaso das elites e pela incompetência de sucessivos governos que espoliam os cofres públicos e atendem aos interesses privados, é um desafio sem igual.

Mas o desafio foi aceito, temos respeito e reconhecimento de que o nosso povo é lutador, aguerrido e sonhador. O povo quer mudanças, quer condições dignas para seu bem viver. Essa mudança está presente em nosso Programa de Governo cuja efetivação se dará pela participação popular e pela democratização dos bens materiais e culturais que nosso estado possui. Ressaltamos que proposições aqui apresentadas não estão fechadas, elas continuam abertas às contribuições da população e dos movimentos sociais de nossa região, queremos demonstrar o compromisso com a diversidade da população do estado e a sintonia de um projeto profundo de transformação socioambiental, educacional, cultural, político e econômico.

O Programa está dividido em cinco eixos estruturantes que serão dinamizados pela lógica do compartilhamento da gestão, eles são: **Eixo Estruturante I - Governar para o bem viver:** Saúde, Educação e Segurança Pública; **Eixo Estruturante II - Governar para cuidar das pessoas:** Assistência Social Crianças, Juventude, Mulheres, LGBTQI, Idoso, População de rua, Pessoa com deficiência; **Eixo Estruturante III - Governar para uma economia a serviço do povo:** orçamento, investimento público, ciência, tecnologia e inovação, arranjos produtivo locais, sustentabilidade e novas fontes de energia, economia solidária, meio ambiente, economia criativa, reforma agrária, agricultura familiar; **Eixo Estruturante IV - Governar para garantir de direitos:** Mobilidade e acessibilidade, saneamento e gestão dos resíduos sólidos, recursos hídricos, arte, cultura e patrimônio e esporte e lazer e **Eixo Estruturante V - Governar com o povo:** desconcentrar, participação e controle social.

2.O PARÁ QUER, O PARÁ PRECISA, O PARÁ VAI MUDAR!

Realizar mudanças profundas em nosso estado é uma necessidade imediata. Todo mundo sabe que o Pará é um estado riquíssimo, mas de povo pobre. Isso não é uma opinião, é um fato. Subimos duas posições no *ranking* do PIB (Produto Interno Bruto) e hoje somos o 11º maior do Brasil. No entanto, ocupamos o 22º do PIB *per capita* (distribuição do PIB em relação à população), ou seja, quanto mais rico o estado fica, mais pobre ficamos. O Pará é o estado mais rico da região Norte do Brasil com o menor salário da região. Tudo isso graças a décadas de (des)governos que só se preocuparam em governar para as grandes empresas, deixando o povo à mingua.

Quem ama nosso estado quer mudar. Já estamos fartos de ver as manchetes negativas: cidades mais violentas do país, campeão em desmatamento, piores índices educacionais do Brasil, saúde de mal a pior, saneamento perto do zero, entre outras mazelas. Enquanto isso as grandes mineradoras enriquecem sem ao menos pagar os impostos devidos, que todos nós somos obrigados a pagar. O povo diz basta!

Nestas eleições haverá vários candidatos, mas apenas dois projetos em disputa, um representado pelo candidato oficial do atual governador que vai manter tudo como está e vários candidatos que embora se digam de oposição, defendem o mesmo modelo de “desenvolvimento”. Do outro lado o projeto que está sintetizado nesse Programa de Governo é o que representa a mudança de verdade. Um projeto construído por especialistas e pelo povo, pois dele participaram todos e todas com a mesma intensidade. O PSOL apresenta um programa de governo que vai inverter a lógica de funcionamento do estado. Vamos fazer a economia servir ao povo, e não ao contrário, como todos os governos anteriores. O programa da coligação PSOL/PCB/PPL vai respeitar o nosso equilíbrio socioambiental e construir uma lógica de respeito à natureza, entendendo homens e mulheres como parte dessa natureza.

Eu, Fernando Carneiro, sou militante socialista com longa trajetória nos movimentos sociais, uma delas foi a luta histórica pelo direito à meia passagem, atualmente usufruída pelos filhos da classe trabalhadora. Sou historiador, formado pela Universidade de São Paulo e pós-graduado em

políticas sociais pela UNAMA, atualmente, exerço o cargo de vereador (segundo mandato) na Câmara Municipal de Belém, sempre disposto à luta em favor dos interesses do povo. E assim, continuarei a luta, na condição de governador, onde luta pela reestatização da Celpa, vai ser uma das nossas prioridades, porque não aguentamos mais ver 80% da nossa energia ser exportada e o povo sendo obrigado a pagar uma das tarifas mais caras do país. Não deixaremos avançar a proposta de privatização da COSANPA, pois água não é mercadoria! Vamos valorizar os servidores públicos pagando salários dignos e realizando formação e qualificação permanentes.

Não será fácil! Mas faremos isso de forma democrática e participativa. O governador não é o dono do dinheiro público, não pode gastar sem consultar o povo. Pra isso construiremos mecanismos eficazes de participação e controle popular.

Aqui estão as diretrizes não apenas para a campanha eleitoral, mas para uma geração que vai revolucionar a forma de governar o Pará. E isso só será possível com a participação popular ativa e permanente.

Vem conosco nessa jornada. Será bela e alegre, mas ousada e firme.

Fernando Carneiro

Candidato a governador do Pará/2018

2. O TEMPO DAS MULHERES FAZEREM MUNDANÇAS NO PARÁ

O espaço da política historicamente tem sido ocupado por homens que na maioria das vezes tem como características serem brancos, heterossexuais, cisgêneros, escolarizados, que advogam em favor da velha forma de fazer política, sempre com os mesmos discursos, falando e governando para a mesma casta política burguesa.

Para nós mulheres, o espaço delegado é o da informalidade, da militância somente colaborativa, que assessora com as pautas, que assessora os homens, mas que não dirige os processos. Nossa existência, enquanto mulher e militante social do interior da Amazônia, não é tarefa fácil (nunca foi); as portas estão sempre fechadas para nós apenas pelo fato de ser quem somos e vir de onde viemos; nossa existência é constantemente menosprezada e nosso modo de vida é diminuído e inferiorizado por conta de uma relação que, até hoje, é carregada da opressão machista e colonizadora.

Ser mãe de três meninas, dona de casa, doula, ativista do parto humanizado e mulher indígena da Amazônia é um exercício diário de militância política; todos os dias enfrento as mais variadas adversidades e faço do meu cotidiano uma revolução, da minha casa e da relação com minha família uma escola da libertação.

Minha infância em Óbidos, a adolescência em Belém e esses anos em Santarém foram de muita luta; foi preciso muita força para sobreviver nesse mundo que oprime e violenta mulheres constantemente e abrir todas as portas que sempre estão fechadas para nós. Mas sou de um povo que sempre lutou e precisou lutar por seus direitos, para garantir sua existência, para ter seus saberes e modos de vida respeitados!

Estive na fundação do Partido Socialismo e Liberdade; militei no movimento estudantil; participei da fundação de coletivos feministas; sou ativista da humanização do nascimento; sou militante indígena, além de estar na luta junto a outros movimentos sociais e socioambientais do interior da Amazônia. E agora enfrento um novo desafio: ser candidata a CO-GOVERNADORA do estado do Pará! Ocupar os espaços formais da política

brasileira, enfrentando todo um velho sistema político que não representa nossas pautas, nossas lutas.

Aceitei com entusiasmo esse desafio que se apresenta, pois sinto que estou pronta, não somente pela experiência de estudar, conviver e atuar nos movimentos sociais e de mulheres ao longo de toda minha vida; mas principalmente porque sou uma mulher do interior do Pará que não aceita calada as injustiças contra meu povo. Já é tempo de nós mulheres ocuparmos os espaços do poder e faço isso no desejo de construir coletivamente uma candidatura que represente as lutas e anseios dos povos do interior da Amazônia. Por tudo isso, me junto a Fernando Carneiro como candidata à CO-GOVERNADORA do Pará pelo PSOL.

Tati Picanço
Candidata à Co-Governadora do Pará

4.1. EIXO ESTRUTURANTE I - GOVERNAR PARA O BEM VIVER : saúde, educação e segurança pública

As cidades brasileiras estão se tornando insuportáveis. A violência tomou conta de todos os espaços. A população sofre com a péssima qualidade dos serviços públicos. Transporte, trânsito, saúde, educação e saneamento estão se tornando motivo de adoecimento de nosso povo. A ideia de que o “desenvolvimento” nos proporcionaria uma qualidade de vida superior fracassou. Os grandes projetos aprofundaram as desigualdades sociais. Meia dúzia de pessoas no Brasil tem a mesma riqueza que os 100 milhões de brasileiros mais pobres. O Pará é o estado mais rico da região norte, mas tem o pior salário e o pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. Campeão em desmatamento, em violência no campo, em evasão escolar, em trabalho escravo. Enfim, um estado de violação de direitos. Para mudar isso será necessário inverter a lógica desse modelo.

O povo não pode ser escravo da economia, ao contrário: a economia deve estar a serviço do povo, de reduzir as desigualdades e de proporcionar qualidade de vida a todos. O desenvolvimento a qualquer custo tem como consequência a destruição da natureza e da humanidade. Entre o lucro desenfreado e a preservação da vida, escolhemos a vida. Mas não queremos apenas sobreviver, queremos viver bem. É por isso que o eixo fundante de nosso programa de governo trata do BEM VIVER, trata de subordinar o desenvolvimento econômico ao bem estar social e ambiental. E temas como Segurança, Saúde e Educação têm que ser pensados de forma sistêmica, intersetorial e dinâmica. Vamos construir juntos um novo mundo.

#SEGURANÇA PÚBLICA

- Desenvolver uma política estadual de segurança pública, pautada na defesa incondicional da vida, na participação popular, na incompletude institucional, na intersetorialidade das políticas públicas, na garantia dos direitos humanos universais, na valorização e melhoria salarial e das condições de trabalho dos trabalhadores da segurança pública;
- Criar Fóruns de Segurança Pública em todas as regiões do Pará, reunindo órgãos estaduais, universidades e organizações da sociedade civil, a fim de planejar e definir, de forma participativa, ações e políticas prioritárias para segurança pública;
- Democratizar o Conselho Estadual de Segurança Pública (Consep), com ampliação de representantes dos trabalhadores da segurança pública e de organismos da sociedade civil.

- Criar o Programa Estadual de Enfrentamento ao Genocídio da Juventude, como uma política intersetorial envolvendo várias secretarias de governo e atuando de forma preventiva e em relação direta com as comunidades;
- Criar uma rede intersetorial para efetivação de Programas na área da educação, cultura e esporte e lazer para prevenção social no que se refere a segurança e redução dos índices de criminalidade entre os jovens da capital e do interior do estado;
- Ampliar o contingente da Polícia Militar através de concurso público, cumprindo o que determina a Lei de Organização Básica da PMPA;
- Investir na formação continuada das polícias, principalmente, as do departamento de inteligência e combate à corrupção;
- Cumprimento da Lei de Remuneração dos policiais militares, a partir de debate coletivo e mudanças na legislação, que garantam investimentos no soldo;
- Regularização dos serviços extraordinários dos trabalhadores de segurança pública, visando complementar a renda de forma segura e legal a estes agentes;
- Formular Plano Único de PCCR para PM;
- Debater o controle social das polícias para criação de mecanismos que melhorem a estrutura interna dos órgãos de segurança : SUSIPE, DETRAN, Polícia Civil. PM e Bombeiros;
- Ampliar e fortalecer a estrutura da Polícia Fluvial, visando a proteção de todos que utilizam o transporte fluvial e das comunidades ribeirinhas no estado;
- Criar mecanismos de controle social para acompanhar, monitorar e avaliar as ações/ serviços de segurança pública, voltados ao tema da violência doméstica e de gênero, incluindo conselhos tutelares;
- Combater os crimes violentos letais intencionais, com a meta de redução em 40% no índice desses homicídios, ao final dos quatro anos de governo, sendo 10% a cada ano;
- Promover de operações integradas entre as Polícias Civil e Militar, Guardas Municipais, organizações da sociedade civil e a comunidade, voltadas para desarticular grupos de extermínio e redes de criminalidade responsáveis pelo número crescente de homicídios no estado;
- Implementar projetos de Polícia Cidadã, investindo na humanização do atendimento, atuando de forma preventiva e buscando aproximar os trabalhadores da segurança da comunidade;

- Transformar o Instituto de Ensino de Segurança Pública (IESP) em um Instituto de Educação em Segurança Pública, desenvolvendo formação continuada dos trabalhadores de segurança pública, com garantia de liberação de carga horária para qualificação;
- Descentralizar o IESP com formações regionalizadas e atendimento e suporte aos municípios para qualificação de guardas municipais e agentes de trânsito;
- Criar política eficaz de atendimento e acompanhamento psicossocial aos trabalhadores de segurança pública, valorizando a saúde destes agentes.
- Criar programa eficiente que garanta a integridade física e segurança jurídica de trabalhadores da segurança pública que efetivem denúncias sobre redes de criminalidade ou abusos do próprio Estado;
- Promover redes de diálogo com a rede socioassistencial, a fim de qualificar a abordagem policial, buscando melhorar o atendimento a pessoas vulneráveis socialmente e sujeitos historicamente oprimidos, como LGBTs, mulheres, negros e negras e indígenas;
- Criar mecanismos na carreira que incentivem o fortalecimento de iniciativas já existentes e o desenvolvimento de novos projetos sociais por agentes de segurança pública nas comunidades.
- Criar Programa de Acolhimento a pessoas revitimizadas pelo sistema, como mulheres, LGBTs, negros e negras, indígenas, idosos, pessoas com deficiência e crianças e adolescentes.
- Criar política de atendimento e acompanhamento sistemático, em parceria com as organizações da sociedade civil, aos familiares de agentes de segurança pública vítimas de homicídios;
- Ampliar e fortalecer a estrutura da Polícia Fluvial, visando a proteção de todos que utilizam o transporte fluvial e das comunidades ribeirinhas no estado;
- Ampliar o efetivo, investimento na regionalização e aumento da presença do Corpo de Bombeiros no interior do Estado, com melhores condições de trabalho e equipamentos adequados para desenvolvimento dos serviços;
- Articular políticas públicas de segurança com as agências do Sistema de Justiça Criminal: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Sistema Penitenciário;
- Promover amplos debates com toda a sociedade sobre a descriminalização das drogas, considerando que a “Guerra às Drogas” apenas aumentou a população carcerária sem solucionar esta problemática social;

- Criar uma Política Penitenciária Estadual, sustentada no pacto entre atores do sistema de segurança pública e da justiça criminal, que tenha como foco central medidas de desencarceramento e humanização do sistema prisional estadual;
- Qualificar a rede do Sistema de Garantia de Direitos quanto à aplicação de alternativas penais não privativas de liberdade, baseadas na Justiça Restaurativa;
- Criar Programa sócio-ocupacional voltado à população carcerária, que desenvolva habilidades, qualifique os encarcerados para o mercado de trabalho e contribua com a prestação de serviços públicos à população;
- Criar políticas de atendimento e acompanhamento aos egressos do sistema penitenciário, perpassando pelo fortalecimento e recuperação da Fábrica Esperança, e visando reduzir o índice de reincidência na prática delituosa;
- Garantir apoio e suporte às Prefeituras Municipais, a fim de oferecer um ambiente seguro à população, com manutenção da iluminação pública e limpeza regular;

EDUCAÇÃO

Acesso, permanência e conclusão com sucesso na educação escolar e universitária

- Executar o Plano Estadual de Educação a fim de garantir metas de acesso à educação à educação básica e superior;
- Criar a lei do Sistema Estadual de Educação – SME
- Garantir o acesso à educação como direito de todos/todas criando um sistema estadual de educação articulado aos sistemas municipais de educação;
- Promover o cumprimento, junto a execução das prefeituras do Pará, a meta 1 do PEE de universalizar, até 2020, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 40% das crianças de até 3 anos de idade, até 2023;
- Cumprir a meta 2 do PEE/2015 - universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada
- Universalizar até 2020 o ensino médio aos jovens de 15 a 17 anos;

- Elevar até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90%;
- Ampliar o atendimento da educação profissional - Expandir em quatro anos o número de Escolas Profissionais no estado, triplicando a quantidade de EETEPAs nas regiões do Marajó, Baixo Tocantins, Baixo Amazonas, e Tapajós, com prioridade para locais próximos de bairros/distritos/vilas/tribos onde adolescentes e jovens estejam em situação de vulnerabilidade social;
- Garantir o mínimo de 10% do total de vagas nas EP's aos alunos do PROEJA, associado a uma política de permanência e conclusão com sucesso;
- Garantir a vigência do Sistema Modular de Ensino nos casos de demandas específicas ao interior do Estado;
- Reduzir os índices de evasão principalmente entre a população adolescente e jovem;
- Ampliar a oferta de escolas de tempo integral com prioridade para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Construir escolas em comunidades quilombolas e povos tradicionais, que para além do ensino regular, pratiquem a língua e cultura de seus povos;
- Promover a criação de Escolas Indígenas em acordo com as demandas e cultura dos povos;
- Ampliar o acesso à Educação Básica às pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades ou superdotação, e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos e conveniados;
- Garantir para os (as) estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades ou superdotação o atendimento especializado integrado ao ensino regular;
- Garantir no Atendimento Educacional Especializado (AEE) o acompanhamento e orientação da organização do trabalho pedagógico dos docentes do ensino regular com vistas ao sucesso do (a) estudante com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades ou superdotação;
- Garantir e Ampliar regionalmente o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação pública estadual;
- Implementar o ensino médio presencial em comunidades rurais, priorizando a integração à formação profissional a partir uma teoria coerente pedagogicamente às peculiaridades do homem e mulher do campo;
- Oferecer nos anos finais do ensino fundamental nas comunidades rurais onde houver oferta insuficiente por parte dos municípios;

- Garantir na educação pública estadual o direito ao acompanhamento por cuidadores (as) durante as aulas, nos casos que se fizerem necessários, aos (às) estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades ou superdotação com vistas ao sucesso no processo de ensino-aprendizagem;
- Garantir a expansão da UEPA criando cinco mil novas vagas presenciais;
- Garantir o acesso à educação pública para população residente no campo por meio de construção de novas escolas nas regiões com maior índice de crianças e adolescentes em idade escolar fora da escola;
- Fomentar a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo nos campi da UEPA;
- Garantir a permanência e conclusão com sucesso pelos estudantes do ensino médio e universitários por meio da criação de uma política estadual de Assistência Estudantil;
- Garantir programa de acesso, permanência e conclusão de estudantes indígenas e quilombolas na UEPA;
- Criar a Bolsa Permanência na UEPA para estudantes indígenas e quilombolas;
- Fortalecer e Ampliar a política de acesso ao ensino superior existente na UEPA para os povos indígenas;
- Ampliar mil bolsas (pesquisa, extensão, assistência) ao ano para os estudantes da UEPA, chegando ao patamar de quatro mil bolsas;
- Construir e manter Casa do Estudante nos *campi* em que houver a necessidade;
- Garantir as condições para criação da Pró-reitoria de Assistência Estudantil na UEPA.

Valorização dos Trabalhadores e das trabalhadoras da Educação

- Cumprir imediatamente a Lei do Piso Nacional do Magistério garantindo o reajuste salarial anual no vencimento básico sem modificação nas garantias previstas no Regime Jurídico Único(RJU);
- Realizar a progressão horizontal e vertical dos trabalhadores da educação de acordo com PCCR e (RJU);
- Constituir política de formação continuada garantindo licença com bolsa aos professores e técnicos;
- Realizar programa de formação continuada em serviço aos trabalhadores e trabalhadoras da educação;
- Implementar de forma gradual, em toda rede, a organização do trabalho do professorado por meio de jornada;

- Realizar concurso público regionalizado para aos profissionais especialistas na Educação Especial e Inclusiva;
- Criar cargos/funções não existentes para o Atendimento Educacional Especializado garantindo a realização de concurso público;
- Realizar concurso público regionalizado para professores indígenas;
- Realizar reajuste salarial dos docentes da UEPA com base no percentual do Piso do Magistério;
- Recompôr a política salarial dos técnicos da UEPA garantindo reajuste salarial;
- Atualizar e revisar o PCCR da UEPA conforme proposta aprovada no âmbito do CONSUN;
- Realizar a imediata progressão vertical dos docentes da UEPA que se encontram com a carreira estagnada.
- Reconhecer os licenciados em Educação do Campo como trabalhadores habilitados para a atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio nas escolas do meio rural;
- Realizar formação continuada dos docentes que atendem as escolas do meio rural, através da oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização;

Financiamento da Educação Pública

- Iniciar o governo aplicando no orçamento o mínimo de 30% de vinculação em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino;
- Ampliar o orçamento para investimento e custeio da UEPA;
- Promover autonomia financeira da UEPA.

Educação Pública com qualidade socialmente referenciada

- Construir coletivamente o Projeto Político Educacional da rede estadual para a cidade e o campo com base teórica que reconheça a função social da escola como socializadora do conhecimento científico para uma formação emancipatória;
- Garantir o princípio classista em defesa da educação pública com perspectiva de resistência à mercantilização e privatização da educação;
- Desenvolver uma concepção de escola como potencializadora e fomentadora de cultura, arte, esporte e lazer;
- Valorizar o protagonismo e empoderamento juvenil nas ações escolares por meio de financiamento de projetos educativos elaborados pelos estudantes;
- Desenvolver uma concepção de educação profissional admitindo a profissionalização integrada aos princípios da ciência, do trabalho e da cultura;

- Manter a consonância com a política nacional sobre a educação profissional, garantindo as modalidades já em desenvolvimento (EMI, PROEJA e Pós Médio);
- Construir um currículo contextualizado às escolas do campo, valorizando a diversidade das diferentes territorialidades do meio rural paraense;
- Garantir o desenvolvimento curricular e extracurricular que potencialize a formação geral, técnica e política dos docentes e discentes das EETEPAs;
- Revitalizar a estrutura física das escolas e da UEPA;
- Garantir o suporte de recursos materiais e infraestrutura adequada, como quadras esportivas cobertas, auditórios, bibliotecas, laboratórios de informática e salas de artes para ações voltadas ao desenvolvimento das capacidades artísticas, esportivas, científicas e demais manifestações;
- Garantir a merenda escolar de qualidade e regionalizada em todos os turnos;
- Garantir as condições de recursos humanos para consolidação do tripé ensino-pesquisa-extensão na UEPA;
- Garantir as condições didático-pedagógicas e financeiras para o pleno funcionamento das atividades de Pesquisa e Extensão na UEPA

Gestão Democrática da Educação Pública

- Promover ações que estimulem o Conselho Estadual de Educação constituir-se como democrático, participativo e aberto às reivindicações da sociedade;
- Efetivar a eleição direta para os cargos de direção e vice-direção das escolas da rede estadual de ensino garantindo que seja direta, secreta, por voto universal e com participação de toda a comunidade escolar;
- Realizar levantamento da situação dos conselhos escolares (existência, suspensão e inadimplência) para retomada de suas funções;
- Promover a recomposição dos Conselhos Escolares por meio de eleição direta, secreta, por voto universal e com participação de toda a comunidade escolar;
- Garantir ações formativas aos conselheiros escolares a fim de efetivar o Papel Sócio-pedagógico dos Conselhos Escolares;
- Garantir Autonomia ao Papel de Monitoramento e Acompanhamento do Fórum Estadual de Educação;
- Fomentar a criação e manutenção de Rádios Escolares;
- Estimular a formação de Grêmios Estudantis;
- Promover o intercâmbio institucional das experiências exitosas entre escolas e universidade/escola;

- Garantir a criação de fóruns amplos de discussão e deliberação acerca do projeto de educação pública estadual;
- Criar o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena.
- Construir projetos e programas de educação às populações o campo em diálogo com o Fórum Paraense de Educação do Campo.

SAÚDE

Financiamento e gestão

- Fortalecer e ampliar o *fator amazônico* garantindo assim o reconhecimento das diversidades regionais no financiamento da saúde;
- Destinar recursos públicos para a saúde pública, visando o fortalecimento progressivo da rede pública e diminuir diversos contratos com o setor privado na medida em que a rede pública se expanda;
- Defender o fim dos limites de gastos com pessoal em direitos sociais combatendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de diminuir a pressão orçamentária sobre os municípios e possibilitar a expansão dos serviços de saúde sem terceirizações;
- Fortalecer a Atenção Primária como estruturante do sistema de saúde, garantindo a ampliação e qualificação da Estratégia Saúde da Família, construindo uma rede de serviços de cuidados integrais de saúde em todos os ciclos de vida;
- Promover a descentralização dos serviços e ações de saúde para os municípios garantindo a co-participação no financiamento, acompanhamento e fiscalização da execução destas ações, incluindo especialidades hoje concentradas nos hospitais de referência e na capital: oncologia, nefrologia (diálise), assistência ao parto de alta complexidade;
- Construir um plano de cargos, carreira e remuneração para os trabalhadores da saúde do estado, garantindo um percentual mínimo para cargos de carreira (efetivos), que a progressão funcional baseada em critérios técnicos e que os próprios servidores elejam seus representantes, incluindo os secretários; (gestão democrática);
- Realizar capacitação para a gestão, principalmente para os servidores efetivos;
- Promover auditoria sobre os contratos das Organizações Sociais, empresas responsáveis por administrar os hospitais regionais do estado, garantindo a melhor aplicação dos recursos na prestação da assistência hospitalar;
- Garantir gestão pública dos Hospitais Regionais – Estes foram construídos com recursos públicos e atualmente são gerenciados por organizações sociais (OS);

- Organizar e qualificar a regulação em saúde garantindo ampliação no acesso dos usuários no sistema;
- Criar um centro de indicadores, voltado às demandas sociais e à otimização dos recursos públicos e não à lógica de mercado;
- Desenvolver ferramentas que promovam a transparência nos dados e indicadores de saúde do estado do Pará;
- Exigir a garantia do acesso gratuito à assistência farmacêutica, obedecendo à constitucionalidade;
- Promover a transparência nos dados do estado, com divulgação periódica de informações de interesse público no site da secretaria de saúde bem como realização de congressos e/ou plenárias regionais para que a população discuta os problemas por ela vividos;

Saúde mental, política de drogas e população em situação de rua: plataforma eleitoral antimanicomial

- Defender e promover de forma intransigente a reforma psiquiátrica antimanicomial como estratégia de desinstitucionalização e ampliação das RAPS como política de estado para o campo da saúde mental com base na lei 10.216 de 2001 e nas quatro conferências nacionais de saúde mental bem como nas recomendações da OMS e nas principais convenções documentadas da ONU;
- Apoio integral ao movimento da luta antimanicomial em suas iniciativas pela formação e fortalecimento de frentes parlamentares em defesa do SUS e da reforma psiquiátrica antimanicomial;
- Exigir do governo federal a revogação da Portaria 3.588 de 21 de dezembro de 2017 do Ministério da Saúde, e da Portaria 679 de 20 de março de 2018 do Conselho Nacional de Álcool e Drogas (CONAD), sancionadas pelo governo Temer, que redirecionam a Política Nacional de Saúde Mental e de Álcool e Outras Drogas para um novo fortalecimento de serviços de internação no país, como os hospitais psiquiátricos especializados e as comunidades terapêuticas;
- Promover incentivos legais, tributários, linhas de financiamento a fundo perdido ou rotativo, bolsas-trabalho, mecanismos especiais de comercialização de produtos, para projetos de economia solidária e cooperativismo, particularmente aqueles voltados para os usuários de serviços de saúde mental e drogas e que estes produtos e serviços sejam consumidos pelas instituições governamentais;
- Garantir a realização e o acesso a iniciativas de educação em geral, formação técnica e profissional, inclusão digital, como mecanismo necessário para a capacitação para o trabalho dos usuários de serviços de saúde mental e drogas;
- Desenvolver educação permanente para trabalhadores do SUS voltada à abordagem a pessoas em sofrimento mental;

- Participar efetivamente do planejamento de construção de políticas públicas, que visem efetivar em todos os municípios os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (CAPS; Residência terapêutica; Centro de convivência, Casa de acolhimento, consultório de Rua), à exceção das Comunidades Terapêuticas, estruturados como serviços 100% públicos, com profissionais concursados e com garantias de recursos humanos e materiais para o seu bom funcionamento;
- Defender e incentivar a abertura de CAPS III (24 horas), mesmo que através de consórcios intermunicipais, que possam atender aos momentos de crise e com isso possibilitar o fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos;
- Defender a realização, em parceria com os demais órgãos competentes, de avaliações e vistorias (PNASH) dos hospitais psiquiátricos; fechamento de leitos àqueles que descumprirem normas básicas de funcionamento; fiscalização de casos de internações compulsórias ou forçadas e concomitante abertura de Serviços Residenciais Terapêuticos e CAPS III para evitar desassistência;
- Apoiar a realização de conferências estaduais de saúde mental com o objetivo de atualizar a política de saúde mental em todo estado, de forma participativa e popular para sua consolidação enquanto política de estado;
- Participar da formulação de políticas de fortalecimento da estratégia de Redução de Danos para o cuidado de pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e/ou drogas;
- Defender um amplo processo de debate com a sociedade sobre a descriminalização da maconha e seus usos medicinais já cientificamente comprovados, como a produção do óleo de canabidiol, fortalecendo estratégias de Redução de Danos para usuários em condições de precariedade e insegurança, dando ênfase ao tratamento como parte integrante do trabalho de saúde pública.

Saúde da mulher

- Apoiar e ampliar ações destinadas ao reconhecimento do direito de decisão das mulheres pela interrupção da gravidez, (tendo como objetivo a descriminalização do aborto) e pela ampliação da pílula do dia seguinte nos serviços municipais de saúde e demais formas de prevenção às DST's e métodos contraceptivos, incluindo uma maior distribuição de camisinhas femininas no leque de serviços oferecidos pelo SUS, pela rede conveniada e pela rede privada de saúde;
- Defender a criação, implementação e monitoramento de política ampla e específica de consolidação de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e adolescentes, em atenção à raça, etnia, orientação sexual, idade, opção política, religião, condição social, física e mental, motivo moral (conforme artigo

226 da Constituição Federal), visando garantir condições materiais, educacionais, políticas e simbólicas para o exercício de seus direitos de forma livre e amparada socialmente, garantindo a autodeterminação e impedindo ações coercitivas sobre as escolhas sexuais e reprodutivas das mulheres;

- Defender a implantação de programas de informação, educação e aconselhamento às mulheres em fase de climatério, disponibilizando assistência por equipe multidisciplinar capacitada para atender às suas necessidades de saúde com recursos preventivos e terapêuticos comprovadamente seguros e eficazes;

- Defender a criação sistema integrado de informação relativo à violência contra a mulher, coletando dados nos serviços da Segurança Pública, Saúde, Justiça e Proteção à vítima de modo a possibilitar a elaboração de diagnósticos locais e regionais identificando problemas, necessidades e áreas de investimento estratégico relacionados ao tema;

- Defender a criação e fortalecimento de centros de atenção às mulheres vítimas de violência com atendimento de saúde, psicológico e serviço social, regionalizados, próximos às DEAM's;

- Defender o aprimoramento e criação de equipamentos específicos de atendimento a crianças e adolescentes e mulheres exploradas ou em situação de prostituição, que incluam atendimento médico, psicológico e atividades sócioeducativas e capacitação para alternativas de subsistência;

- Defender a descriminalização do aborto, evitando a morte de mulheres pobres, principalmente negras, focando na vida, nos direitos e na autonomia das mulheres sobre seus corpos, além de tratar no âmbito da saúde pública dentro de uma perspectiva humanizada, as possíveis intercorrências, com base no entendimento de que o estado precisa promover uma educação sexual para que as mulheres possam decidir, a distribuição de contraceptivos para não abortar e aborto seguro para que as mulheres não morram.

- Defender a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2003)

- Defender a implementação da Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (2004) SUS, bem como os propósitos do texto constitucional sobre saúde da população em geral, estabelecido como direito de cidadania e dever do Estado;

- Defender a garantia do direito à creche para os filhos das trabalhadoras da saúde e demais trabalhadoras além da efetiva implementação da lei que exige que empresas com mais de 30 funcionárias disponibilizem creches para seus filhos!

- Defender a capacitação de profissionais para a prevenção e o atendimento a situações de violência doméstica e sexual com enfoque em direitos humanos,

violência e relações de gênero, raça, etnia, orientação sexual e portadora de deficiência e relações de classe, elegendo-se como áreas estratégicas: Sistema de Segurança Pública (polícia civil, polícia militar, Guarda Municipal e agente penitenciário) e de justiça; Saúde (profissionais do sistema único de saúde (SUS) nos diferentes níveis de atenção e programas com ênfase na atuação primária (porta de entrada no SUS).

Saúde da criança e adolescentes (juventude)

- Fortalecer os programas do SUS que tratam de jovens usuários de álcool e outras drogas;
- Criar eventos e ações de conscientização e educação sexual, para reduzir os casos de gravidez na adolescência e DSTs;
- Promover políticas de Educação sexual nas escolas e comunidades;
- Fortalecer e construir postos de saúde nas comunidades, indígenas, quilombolas e povos tradicionais;
- Promover políticas voltadas à saúde mental da juventude (universidades, escolas, etc);

Formação profissional em Saúde

- Defender a formação em saúde segundo princípios da Educação Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica e Socialmente Referenciada;
- Criar Centro Público de pesquisa e desenvolvimento em saúde do Pará, com pesquisas orientadas pelas necessidades de saúde e voltadas para o SUS, visando a diminuição de custos do sistema de saúde, o apoio à política industrial para o setor saúde, e o enfrentamento a problemas específicos regionais, como as doenças negligenciadas;
- Fomentar a realização da formação técnica dos agentes comunitários de saúde com financiamento público e formação pedagógica deste profissional como articuladores dos processos de saúde no território;
- Defender uma Política de Estímulo à formação qualificada de técnicos na área de saúde voltados para a atuação no SUS;
- Criar Programa de Educação permanente para trabalhadores do SUS voltada à abordagem para casos de violência doméstica e abuso sexual;
- Criar Programa de Educação permanente para trabalhadores do SUS voltada ao atendimento da população LGBTI, profissionais do sexo, usuários de drogas, transexuais, etc.
- Realizar formação para trabalhadores do SUS voltada ao acolhimento, encaminhamento e orientação adequada à população indígena que recorre ao serviço de saúde do estado.

- Assegurar uma política de educação permanente em saúde estabelecendo convênios com as universidades (UEPA) valorizando os profissionais de saúde e humanizando o atendimento;
- Fomentar vagas em programas de mestrado profissional por meio de convênios com instituições de ensino superior públicas;
- Implantar o Centro Amazônico de produção de medicamentos naturais e fitoterápicos, investindo na produção da farmacologia amazônica;
- Fomentar a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação ligados a área da saúde nos *campi* da UEPA instalados no interior do estado;
- Fortalecer políticas de formação de recursos humanos pautadas nos princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica, como as residências multiprofissionais;
- Fortalecer a pesquisa e a extensão através das agências de fomento e na universidade acerca dos processos de educação voltados para o fortalecimento do SUS;
- Produzir material educativo para os servidores, com meios e linguagens apropriadas, considerando a diversidade racial/étnica, sexual, etária, sócio cultural e pessoas com deficiência.

Controle Social

- Fortalecer o controle social e possibilitar a participação popular na construção do SUS;
- Defender a criação de espaços de controle popular para a gestão dos cursos de saúde buscando que a formação de trabalhadores em saúde seja socialmente referenciada;
- Defender uma gestão democrática para os serviços de saúde do estado que estimule o controle dos processos por usuários e trabalhadores;
- Defender o Fortalecimento e criação de Conselhos Populares de Saúde, resgatando o conceito de participação popular.

Segurança alimentar e nutricional

- Defender a valorização e incentivo à produção de alimentos em sistemas agroflorestais (SAF's) e permacultura; Agricultura familiar.

- Defender o fim do latifúndio pela reforma agrária;
- Defender a regulamentação que discutas os limites da produção de alimentos industrializados;
- Defender o fim da utilização de agrotóxicos.

Saúde do Trabalhador

- Instituir mesa de negociação permanente para implementação do PCCR para os trabalhadores da saúde e com mecanismos que garantam a interiorização, a permanência, a dedicação exclusiva, o incentivo à qualificação, o reconhecimento de tempo de serviço, salários dignos e jornada de trabalho adequada;
- Retomar a discussão sobre a criação do Grupo interno de prevenção de acidentes – GIPA;
- Promover políticas voltadas à saúde mental dos trabalhadores da saúde do estado;
- Implantar o Centro Amazônico de produção de medicamentos naturais e fitoterápicos, investindo na produção da farmacologia amazônica; PICS, com a participação das lideranças das Populações Originárias e Tradicionais e especialistas do setor.

Violência e o impacto na Saúde

- Desenvolver programas de Saúde mental para famílias que perderam entes para a violência.
- Desenvolver programas de Saúde mental para vítimas com sequelas causadas por acidentes relacionados à violência de trânsito e outras.

Zoonoses

- Prestar apoio técnico e financeiro aos municípios para execução de ações voltadas à saúde animal (zoonoses)

4.2. EIXO ESTRUTURANTE II - GOVERNAR PARA CUIDAR DAS PESSOAS:
Assistência Social, Crianças, Juventude, Mulheres, LGTBI, Idoso, População de rua, Pessoas com deficiência, Povos Originários e Populações Tradicionais

A garantia de direitos e respeito às diversidades é um princípio que o PSOL desde sua fundação prima como uma bandeira de luta e necessidade para mudança de valores na formação humana e para inversão de prioridades nas políticas públicas que devem ser efetivadas de forma equânime ao conjunto da população excluída, historicamente, do acesso aos bens culturais e materiais.

O Observatório das Metrôpoles, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) lançou no ano de 2016 uma relação das 100 melhores e as 100 piores cidades brasileiras para se viver. O que revelou que no estado do Pará, estão três, dos cinco piores municípios do Brasil: Vitoria do Xingu, Pacajá e Marituba. Os fatores analisados pelos pesquisadores do Observatório foram: qualidade de vida dos moradores e mobilidade urbana; serviços coletivos urbanos, infraestrutura, condições ambientais e condições habitacionais. Dos 100 piores municípios nacionais, os municípios do Pará aparece ocupando quase a metade da lista, tem nada menos do que 41 cidades.

As desigualdades de gênero, étnicas, raciais, a intolerância religiosa e sexual, o desemprego, ausência de moradia, a falta de acesso ao direito à educação, à infância, ao envelhecimento saudável e à saúde, as pessoas com deficiência não têm acesso a políticas sociais e de mobilidade, as inacessibilidades às pessoas com deficiência, a precarização da assistência social, são fatores que atingem diretamente a qualidade de vida da classe trabalhadora e da população pluriétnica e multicultural que vive no Pará.

É nesse sentido que o Eixo **Cuidar das Pessoas** é construído com o objetivo de propor a redução das desigualdades sociais e as iniquidades existentes de forma a garantir ao povo paraense em sua diversidade a oportunidade de se tornar uma população com expectativas de vidas saudáveis, ou seja, com garantia ao bem viver físico, cultural, mental e social.

A política de assistência social juntamente com a saúde e previdência constituem o sistema de seguridade social do país. Três legislações foram fundamentais para a regulação nacional da área da assistência social. A política nacional aprovada em 2004; o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005 e a Norma Operacional Básica (NOB) de 2012. A partir dessa normatização, as unidades federadas foram obrigadas a reestruturar a política estadual e garantir condições para a consolidação das redes sócio-assistenciais nos municípios.

Nesse contexto o SUAS passou a ser implementado, contando com Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em 100% dos municípios, o que não significa a universalização dos serviços, pois, só na região metropolitana de Belém existem 31 CRAS para atender 7,5% da população que se encontra em extrema pobreza, necessitando, portanto, de maior investimento financeiro. Ressalta-se que os CRAS existentes no Pará são financiados majoritariamente com recursos federais, haja vista a baixa capacidade da gestão municipal em investir recursos na área social, além da desorganização da esfera estadual para garantir a política de co-financiamento

da assistência social prevista pela política do SUAS. O governo do PSOL reverterá o atual quadro, ampliando os recursos financeiros, apoiando os municípios na implementação da PEAS e aumentando a cobertura do atendimento nos CRAS.

Com relação a Política de Proteção Especial, de média e alta complexidade, destinada às situações de violações de direitos com vínculos familiares ou sem vínculos familiares, materializados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CREAS), abrigos e albergues, a situação mais emblemática dessa complexidade recebida nas casas de apoio e albergues estatais na atualidade é o caso do povo indígena Warao, da Venezuela, que chegou ao Pará e possui status de refugiado, fazendo parte dos grupos sociais diferenciados que são atendidos nesses órgãos. O Pará conta com uma rede de média e alta complexidade destinada a crianças e adolescentes com direitos violados, mulheres vítimas de violência e pessoas idosas sem vínculos familiares muito restrita. No âmbito do governo estadual há apenas três CREAS regionalizados que passam por processo de municipalização para os serviços de alta complexidade haja vista ser de responsabilidade direta da esfera estadual.

O PSOL é um partido socialista que se reconhece no conjunto das frações que compõe a classe trabalhadora. E diante do aprofundamento da crise econômica mundial que acarretou em medidas de ajustes na política brasileira, como a redução dos gastos e a retirada de direitos sociais das mulheres, jovens, das pessoas que moram nas periferias, negros e negras, indígenas, que como sempre são os principais a serem atingidos. A diminuição dos gastos públicos materializada pela Emenda 95 do Governo de Temer cujo objetivo é a redução de gastos para as políticas públicas demonstra que as prioridades dos governos liderados pelo MDB, PSDB e aliados é atender aos interesses empresariais e não aos interesses do povo.

Nosso Programa de Governo se propõe a mudar o caos instalado pelos governos que golpeiam o povo, vamos enfrentar o racismo, as lgbtfobias, a misoginia, as desigualdades de classe e que tenha como eixo transversal a defesa dos direitos de todas e todos, como se coloca o PSOL em todas as esferas políticas. Vamos inverter prioridades e garantir direitos a quem tem sido usurpado de direitos fundamentais para uma vida digna e humana.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Realizar diagnóstico estadual sobre a situação de adolescentes e jovens que cometem ato infracional como primeira medida para efetivação de política estadual socioeducativa;
- Estabelecer critérios de co-financiamento da Política Básica de Proteção Social que considere as comunidades indígenas e tradicionais, ampliando os serviços e garantindo o atendimento de indígenas e quilombolas em suas comunidades, atendendo ao critério de territorialidade do SUAS;
- Ampliar os Centros Regionalizados de Alta Complexidade, especialmente os de atendimento a idosos, mulheres e adolescentes em situação de violação de direitos;

- Criar um programa específico de proteção às vítimas de violência doméstica, de violência urbana e rural, racismo e outras formas de violência, protegendo crianças, jovens, policiais, mulheres, Lgbts e negros, tornando a assistência social referência na defesa e proteção dos direitos humanos;
- Desenvolver programa de apoio institucional aos municípios para qualificar a gestão dos serviços nos municípios, garantindo a gestão solidária;
- Fazer captação de recursos em nível federal e empresarial, fortalecendo a prevenção social;
- Articular com a União a revisão dos critérios de gestão e co-financiamento do SUAS, adequando ao fator amazônico, adequando a política à realidade dos povos da floresta;
- Rever os critérios de financiamento com os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS);
- Consolidar o processo de municipalização da assistência social no Pará;
- Estruturar a política de co-financiamento do SUAS no Pará;
- Criar a Secretaria Estadual de Assistências Social e Segurança Alimentar, garantindo o Comando Único da assistência social no Pará;
- Reestruturar a política da socioeducação, tornando a FASEPA referência na área da medida socioeducativa;
- Concentrar todos os investimentos das ações de assistência social no Comando Único e na FASEPA, acabando com a gestão pulverizada de ações e de recursos financeiros na área da assistência social e fortalecendo o FEAS;
- Desconcentrar as Unidades socioeducativas de internação e semiliberdade, garantindo ao adolescente em cumprimento de medida a convivência com familiares e comunidade;
- Redimensionar o atendimento socioeducativo, estabelecendo metodologias participativas de estreitamento dos vínculos familiares;
- Ampliar as unidades de atendimento socioeducativo para as regiões de integração com maior índice de envolvimento de adolescentes em ato infracional;
- Criar Programa Específico de Acompanhamento e Apoio Institucional a Adolescentes Egressos do Sistema Socioeducativo, evitando a reincidência;
- Criar Programa Integrado da Saúde, Assistência Social e Educação de Atendimento ao Adolescente dependente químico;
- Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social – SUAS ampliando e implementando os CRAS e CREAS nas regiões/municípios no estado do Pará, fortalecendo principalmente as medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC)

- Efetivar Programas Estratégicos para as famílias articulados com os cinco eixos estruturantes da gestão do governo do estado para execução de ações nas áreas da saúde, educação, cultura, esporte e lazer, trabalho e renda;
- Criar o Programa de aperfeiçoamento profissional por meio das parcerias entre estado e universidades a fim de proporcionar estágios remunerados aos jovens universitários em situação de vulnerabilidade sócio-econômica com prioridade aos municípios que possuem campi das universidades públicas;
- Criar Projeto de formação profissional pelo viés da intersectorialidade aos adolescentes e jovens estudantes secundaristas da rede pública de ensino de todas as regiões/municípios do estado do Pará;
- Descentralizar a ação da defensoria pública, ampliando os Núcleos de Atendimento Especializado em Crianças e Adolescentes – NAECAS para os municípios com maior índice de violação de direitos da criança e adolescente, inclusive os casos de ato infracional;
- Implantar varas especializadas na área da infância e juventude, ou seja, Núcleos de Atendimento Especializados em Crianças e Adolescentes – NAECAS;
- Elaborar projeto político-pedagógico para formação continuada dos operadores do sistema socioeducativo a fim de garantir abordagem cuidadosa e humana aos sujeitos que estão sob à assistência do estado;
- Realizar campanhas pedagógicas e permanentes de combate ao trabalho infantil, ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, ao tráfico humano, ao racismo, ao feminicídio, às lgtfobias, ao machismo e todas as formas de exploração e opressão;
- Revitalizar todos os conselhos de direitos sociais vinculados ao campo da assistência social (criança e adolescentes, idosos, assistência e pessoas com deficiência) criando condições para desenvolverem suas atribuições políticas;
- Implantar o Plano de cargos, carreira e salários aos trabalhadores da assistência social no estado;
- Desenvolver o Programa de valorização dos trabalhadores da assistência social, viabilizando o SUAS- RH;
- Realizar concurso público para o SUAS e o sistema socioeducativo;
- Garantir programa de apoio psicossocial para os operadores do sistema socioeducativo; - Garantir a implantação de NAECAS, com defensores públicos e equipes interprofissionais com atuação exclusiva e especializada nos municípios onde ainda não existem, tendo como critérios de prioridade de implantação:
 1. Municípios/comarcas com percentual de população infanto-juvenil superior a 30% da população em geral;
 2. Municípios áreas de “grandes projetos de desenvolvimento”;

3. Municípios onde existem serviços de acolhimento;
4. Municípios com alto índice de adolescentes envolvidos em atos infracionais.

- Apontar a criação de Delegacias Especializadas, especialmente nos grandes centros como Santarém, Marabá, Altamira, Parauapebas, Castanhal;

#MULHER

- Criar campanhas estaduais de combate a violência contra a mulher e o feminicídio;
- Incentivar lideranças femininas para cultivo da agricultura familiar, visando a autonomia financeira e gestão de propriedades pelas mulheres;
- Ampliar a rede de assistência as mulheres que sofrem violência doméstica como casas abrigo, DEAMs e profissionais especializados com um programa de formação para profissionais que atuam com violência doméstica na capital e interiores. (Formação continuada para profissionais de saúde que atuam com violência doméstica; capacitação de profissionais que atuam com violência doméstica; capacitação de profissionais na área da assistência básica e saúde básica para notificação, atendimento e encaminhamentos de mulheres em situação de violência doméstica);
- Criar e fortalecer equipamentos sociais para mulheres em situação de violência de gênero e doméstica, contemplando as questões de raça, etnia, orientação sexual e pessoas com deficiência;
- Aumentar o investimento público para o combate à violência contra as mulheres;
- Garantir atendimento integral e regionalizado às mulheres em situação de violência e suas famílias;
- Dar assistência de apoio às servidoras públicas vítimas de violência doméstica;
- Ampliar e melhorar a rede de Ouvidoria das mulheres para receber e apurar denúncias sobre violência de gênero, bem como prestar orientações;
- Criar e investir em infraestrutura dos CAPS's para atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero;
- Criar projeto político pedagógico para Espaço da mulher (acolhimento, formação, cuidado, cultura, lazer etc.) em todas as regiões do estado do Pará;
- Construir duas Casas de parto normal, uma em Belém e outra em Santarém;
- Viabilizar a criação de Curso de Obstetrícia com duração mínima de oito semestres na Universidade do Estado do Pará;
- Promover Curso de aperfeiçoamento de parteiras indígenas de acordo com o conteúdo contido no Livro de Parteira (BRASIL, 2000), elaborado e divulgado

pela Organização Não Governamental Curumum em parceria com o Ministério da Saúde nas regiões do estado;

#JUVENTUDE

- Congresso da juventude que defina as diretrizes e políticas a serem aplicadas pelo governo para esse setor;
- Democratizar as praças e espaços públicos para apresentações de grupos de cultura e teatro;
- Garantir a aplicação da lei e ampliar a meia passagem intermunicipal para a juventude de todo Estado;
- Construir plano de obras públicas que priorize o emprego da juventude;
- Criar campanha de combate a impunidade da violência no campo;
- Criar campanha de educação sexual nas escolas e comunidades de todas as regiões do estado;

#LGBTI

- Elevar a Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual (GLOS) a *status* de coordenadoria;
- Criar casa de acolhimento aos LGBTI em situação de vulnerabilidade social;
- Avançar na política de adoção por casais LGBTI principalmente de crianças de 06 a 12 anos e adolescentes;
- Criar programa de atendimento psicossocial a vítimas de LGBTIfobia;
- Realizar campanhas educativas de combate ao transfeminicídio;
- Realizar campanhas de combate ao tráfico de pessoas LGBTI no Pará.
- Ampliar a atuação da delegacia de combate a crimes discriminatórios e homofóbicos, visando fortalecer a investigação de casos de crime contra LGBTI;
- Ampliar a quantidade de delegacias de combate a LGBTIfobia, iniciando por Marabá e Santarém;
- Desenvolver linhas de ações na assistência social para apoio das pessoas expulsas de casa vítimas de LGBTIfobia;
- Consolidar e fortalecer parcerias junto aos movimentos organizados e institucionais de Direitos Humanos e Cidadania LGBTI;
- Efetivar plano de saúde integral LGBTI;
- Ampliar e fortalecer o ambulatório do processo tranquilizador a fim de garantir assistência às pessoas transsexuais;
- Incentivar através de crédito formas de economia solidária para LGBTI;
- Divulgar espaços turísticos que recebem pacificamente às pessoas LGBTI;
- Incentivar e valorizar eventos emblemáticos da comunidade LGBTI;

#POPULAÇÃO DE RUA

- Criação de postos de atendimento nas ruas com estruturas adequadas que atendam às necessidades da população em situação de rua;
- Promover ações intersetoriais entre saúde, educação de jovens e adultos, assistência social, trabalho e segurança pública de forma a promover a emancipação das pessoas que se encontram em situação de rua;
- Implementar formação aos servidores da segurança pública sobre populações em situação de rua;
- Construir e reformar casas de abrigos ou albergues para acolher famílias e mulheres em situação de vulnerabilidade e que se encontram expostas nas ruas em todas regiões do estado, sobretudo nas zonas portuárias onde a prostituição e violência são recorrentes;

#PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- Incentivar a promoção da autonomia e recuperação da funcionalidade das pessoas com deficiência por meio da reabilitação de qualidade e acesso à órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) pelo SUS;
- Ampliar o acesso aos serviços de saúde que se fazem necessários para o auxílio das pessoas com deficiências com ênfase nos níveis da atenção básica e especializada;
- Qualificar de forma intersetorializada a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência (RCPD) no estado promovendo maior integração entre os pontos de atenção da RCPD e dos demais dispositivos públicos (educação, assistência social, mobilidade, esporte e lazer, emprego, etc);
- Garantir e ampliar a acessibilidade nos espaços públicos e nos transportes públicos das pessoas com deficiência que lhe garanta o direito de ir e vir de forma segura e autônoma em todas regiões do estado;
- Efetivar as recomendações legais no que se refere a reserva de cotas para as pessoas com deficiência no serviço público ou em empresas de médio e grande porte do estado do Pará;

#IDOSOS

- Ampliar as políticas públicas nos setores de assistência social e de saúde direcionadas à pessoa idosa para a melhoria do acesso aos serviços de atenção primária integral de ações preventivas, de recuperação e de promoção da saúde e bem estar dos idosos no estado do Pará;
- Criar parcerias junto às universidades públicas para ampliação de ações que incluam os idosos em atividades intelectuais, culturais, esportivas e de lazer;
- Desenvolver projeto intersetoriais com foco à população idosa em todas as regiões do estado, sobretudo nos municípios com percentual significativo idosos e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, para garantia de um envelhecer autônomo, ativo e humanizado.

- Planejar e executar serviços de saúde e de ações intersetoriais para lidar com as condições peculiares do idoso em nosso estado, principalmente, aquelas de apoio às famílias que possuem idosos com demência.
- Viabilizar parceria com o Conselho Estadual do Idoso do estado do Pará e outras organizações institucionais e não institucionais a rede de atendimento a pessoa idosa para efetivação de ações de sejam direcionadas ao cumprimento do Estatuto do Idoso;
- Fomentar a constituição de Conselhos Municipais do Idoso como forma e garantir a participação ativa dos idosos na definição de políticas públicas de seus próprios interesses;
- Criação de campanha estadual de combate à violência contra idosos como atividades intersetoriais coordenada junto à Delegacia de Proteção ao Idoso do Pará sensibilizará crianças, adolescentes, jovens e adultos a necessidade de proteger as pessoas mais experientes;

#POVOS ORIGINÁRIOS e POPULAÇÕES TRADICIONAIS

- Defender o acolhimento, acesso e inclusão em todas as políticas de assistência do estado, com tratamento diferenciado às Populações Originárias (Indígenas, Quilombolas) e Ribeirinhos;
- Defender a autonomia dos povos, enquanto coletividades diferenciadas;
- Fomentar a participação paritária nas distintas instâncias governamentais (comissões, conselhos e grupos de trabalho) que discutem e norteiam a implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas.
- Implementar e reforçar no estado as ações da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).
- Reconher e formação das categorias de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) no âmbito da Secretaria de Saúde do estado;
- Apoiar a efetivação da autonomia política, administrativa e financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's);
- Garantir a continuidade dos processos de titulação das terras quilombolas no estado a fim de viabilizar a posse definitiva de seus territórios ;
- Garantir a liberdade de culto e as práticas afro-religiosas dos Povos de Matriz Africana, combatendo a criminalização, o racismo e o preconceito;
- Instituir comitês estaduais do Programa Brasil Quilombola, para sensibilizar e instruir gestores sobre o acesso aos recursos e políticas públicas, bem como a construção dos projetos e a garantia do controle social.

- Apoiar a organização de entidades de representação dos povos ribeirinhos, seus projetos de agricultura familiar e demais atividades políticas e sociais de seu interesse;

4.3. EIXO ESTRUTURANTE III - GOVERNAR PARA UMA ECONOMIA A SERVIÇO DO POVO: orçamento, investimento público, ciência, tecnologia e inovação, arranjos produtivos locais, sustentabilidade e novas fontes de energia, economia solidária, economia criativa, reforma agrária, agricultura familiar.

Economia e meio ambiente

Historicamente, os processos econômicos e sociais amazônicos dão-se a partir de um modelo onde as riquezas da natureza são apropriadas, intensificando o fortalecimento e consolidação do poder econômico e político das elites regionais e nacionais. A exploração mineral, vegetal, animal e a produção de energia ocorrem em detrimento da quase totalidade das pessoas que habitam esta região. À natureza, resta a função de fornecedora de matérias-primas, pois é considerada apenas como poderoso “armazém de biodiversidade”. As consequências, entre outras, são a degradação social e ambiental, local, nacional e por que não dizer, com reflexos mundiais.

A Amazônia brasileira é, desde a segunda metade do século XX, o principal locus dos grandes projetos de infraestrutura (principalmente aqueles vinculados ao transporte de cargas e a expansão da oferta de energia) e dos megaprojetos de exploração econômica dos bens naturais (em especial a mineração e agropecuária), elementos base para a implementação das propostas desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas no Brasil.

Durante todo os anos 90, até o início do século XXI, é aplicado no Brasil, originalmente pelos ex-presidentes Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, e principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o chamado projeto neoliberal, modelo pautado nos princípios pregados pelo Consenso de Washington (desregulamentação, estado mínimo, globalização econômica e financeira, privatização, entre outros). Porém, as dificuldades apresentadas pelas políticas neoliberais, que estabilizaram a economia mas não implementaram um processo de distribuição de renda, possibilitaram o fortalecimento de outra proposta política e econômica para o país. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2002, apoiado por uma ampla frente política, composta por banqueiros, empresários do agronegócio e grandes mineradores, entre outros, também traz consigo o ideário neodesenvolvimentista.

A proposta neodesenvolvimentista sustenta-se no seguinte tripé: programas de incentivo estatal à oligopolização da economia (domínio dos setores econômicos por poucas empresas), com o fortalecimento de grandes grupos econômicos privados apoiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); programas de investimento público em infraestrutura, com ou sem parceria público-privada; e programas estatais de transferência de renda visando à valorização do mercado interno de consumo de massa, utilizando para isso, por exemplo, a política de bolsas.

Na Amazônia, a proposta neodesenvolvimentista tem sua materialização privilegiada através das ações implementadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Como exemplo apresentam-se três grandes obras: as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira/RO, e a usina de Belo Monte, no rio Xingu/PA. Ao priorizar a transferência de recursos à iniciativa privada, na construção de grandes obras, este modelo garante o custeio dos mega-empreendimentos em até 80%, através do BNDES, com taxas de juros subsidiadas (as taxas da UHE Belo Monte são de 4% a.a.), prazos de carência e pagamento de empréstimos acima daqueles oferecidos pelo mercado e desconto de 75% no imposto de renda das empresas que investem nestas obras.

Do outro lado, são criados empregos temporários e com grande rotatividade (um operário não especializado trabalha nestas obras de infraestrutura, em média, entre seis meses e um ano); o aumento na lucratividade não atende a expectativa e promessa feita aos empresários locais; o preço de alugueis, alimentos e demais produtos elevam-se muito acima da média nacional, aumentando a carestia na região, entre outros efeitos negativos.

No aspecto socioambiental, a grande migração de pessoas para o local onde o empreendimento está sendo construído sobrecarrega equipamentos públicos de saúde e educação; eleva a violência nas zonas rurais e urbanas, incluindo latrocínios e homicídios; aumenta o tráfico de drogas; exploração sexual de crianças e adolescentes; prostituição de homens e mulheres; mortes por atropelamentos e outros acidentes de trânsito; desapropriação e expulsão de comunidades locais, ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, agricultores, extrativistas, moradores das periferias das cidades, vitimando milhares de pessoas; fragiliza biomas de importância inestimável para o equilíbrio ambiental e climático da região e do planeta; promove o desaparecimento de espécies endêmicas; eleva o desmatamento e aumenta a exploração ilegal de madeira; polui rios que garantem transporte e servem como fonte de água e alimentação, fornecendo a maior parte das proteínas ingeridas pelos povos tradicionais da região, entre outros impactos verificados a partir da implementação do modelo neodesenvolvimentista.

O Pará exporta para o resto do país 55% da energia elétrica produzida no estado, sendo 95% de uma única matriz: a hidrelétrica. Da energia consumida, somente 18% são para uso residencial (urbano e rural). O restante vai para a indústria (67%) e serviços (15%). Essa situação decorre da instalação de indústrias eletrointensivas, para a produção de alumínio, ferroligas e outros, não ferrosos.

Esses números desmontam a farsa criada em torno da hidrelétrica de Belo Monte, quando os governos federal (Lula/Dilma) e estadual (Ana Júlia/Jatene) diziam que a construção da usina no rio Xingu iria levar luz a todos os paraenses. Sabia-se que a geração de energia na Volta Grande do Xingu não seria destinada aos moradores da região, mas sim às grandes indústrias que consomem milhões de quilowatts de energia, causam impactos ambientais irreversíveis e deixam a maioria da população em situação tão, ou mais miserável, do que antes da instalação da planta industrial.

À frente do Governo do Estado do Pará o PSOL propõe uma mudança radical nessa relação, onde as grandes indústrias capitalistas ficam com a energia e a população paraense fica com os bolsões de miséria, violência, drogas e prostituição formados a cada “grande projeto” instalado. Ficamos com a degradação ambiental causada pelos impactos das obras, impossíveis de serem mitigados por programas que, na maioria das vezes não saem do papel.

No que diz respeito à mineração, os desdobramentos decorrentes da mercantilização de recursos minerais em termos regionais, apesar de envolverem produção de mercadorias bastante diversas, valorizadas por empresas que foram instaladas em momentos históricos distintos guardam uma lógica de limitada capacidade de impulsionarem processos de desenvolvimento local. A minero-metalurgia no Pará, em termos gerais, requer elevadíssima concentração de capitais. Alguns empreendimentos demandaram investimentos superiores a US\$ 1 bilhão, como no caso da exploração do ferro, em Carajás; da bauxita, na região do Trombetas; da produção da alumina, pela Alunorte; da fabricação de alumínio primário pela Albras e mais recentemente pela presença da Hydro Alunorte, na região de Barcarena. O controle desses capitais é efetivado extra-regionalmente, não reforçando a região como local de decisão. As políticas tributárias também evidenciam poder limitado da sociedade regional valer-se das especificidades que envolvem a valorização dos recursos minerais, pois a maioria do grande empresariado do setor utiliza de forma hábil as informações que estabeleçam políticas fiscais e tributárias que lhes sejam favoráveis. A população diretamente atingida pelos grandes empreendimentos mineralógicos nos municípios não recebe atenção, compensação financeira e quando existem condicionantes socioambientais, estas não são cumpridas. Terras indígenas e quilombolas do Pará estão sob a mira das grandes mineradoras que retiram ouro, bauxita, prata, estanho, cobre, alumina, minério de ferro, níquel, cassiterita, fosfato, zircônio, nióbio e até wolframita, que é um minério da família do tungstênio, cuja utilização é feita em ligas metálicas, peças aeroespaciais e armamentos e munições.

O Bem-Viver, entre outras experiências, são alternativas para uma percepção em que todos os seres vivos, seres humanos e natureza, sejam colocados no centro das decisões e ações estatais, principalmente no campo econômico, oportunizando a compreensão de que natureza e sociedade humana não podem estar apartadas, seccionadas, como é apresentado e implementado pelo projeto neodesenvolvimentista. Esta proposta inovadora é portanto, incompatível com o processo de acumulação de capital predatório, seja este realizado pelo estado, por empresas ou por indivíduos, incompatível igualmente com a instrumentalização da natureza pelos seres humanos. Diferente do paradigma desenvolvimentista, plenamente utilitarista, as propostas aqui apresentadas demonstram uma relação praticamente orgânica entre a humanidade e a natureza como possibilidades mais inovadoras e por que não afirmar, carregadas de esperança.

- Posicionar-se criticamente frente à concepção de progresso vigente, pois é impossível crescimento econômico infinito em um estado com recursos naturais finitos;

- Cumprir todas as condicionantes relacionadas à implantação dos mega projetos neodesenvolvimentistas nos municípios do estado diretamente atingidos em consonância com a legislação socioambiental.
 - Garantir às Populações Originárias e Tradicionais o Consentimento Livre, Prévio e Informado de qualquer empreendimento que os afetem diretamente, como consta na Convenção 169 da OIT, incorporada ao arcabouço jurídico brasileiro;
 - Estabelecer condições para que mecanismos políticos e democráticos regulem a atividade econômica que pode gerar riqueza ao estado com a garantia do compromisso socioambiental;
 - Rever a atual política de concessões, subsídios e isenções fiscais fornecidos a empresas de exploração de matérias-primas do estado(minério, madeira, pescado, biodiversidade), mapeando todas as empresas que desconSIDERAM o compromisso socioambiental, fiscalizá-las e cobrar taxas compensatórias revestidas para os municípios atingidos.
 - Realizar auditoria da dívida do estado e a suspensão do pagamento até finalizar a auditoria, a fim de garantir recursos para áreas sociais;
- Rever a carga tributária das empresas de mineração já instaladas no estado através da ampliação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM (royalties)
- Implementar taxaÇÃO do latifúndio nas propriedades rurais acima de 100 mil hectares ou superior a 15 módulos fiscais pagarão uma taxa que comporá um fundo para promover a regularização fundiária do estado.
 - Implementar o Plano Regional da Reforma Agrária, elaborada com a participação popular das/dos trabalhadora(e)s rurais, universidades, centros de pesquisa e demais envolvidos na questão fundiária no estado.
 - Criar projetos de recomposição florestal comunitária, associado à ações socioambientais, educativas e artísticas em municípios atingidos por desmatamentos predatórios.
 - Implantar sistemas produtivos agro-florestais com compromisso socioambiental de acordo com os ecossistemas de cada região do estado.
 - Fortalecer e impulsionar projetos relativos à Agricultura Familiar em todos os municípios paraenses.
 - Promover a Demarcação e proteção de todas as terras indígenas do estado, com especial atenção às terras dos povos isolados e de recente contato.
 - Fortalecer e realizar operações para retirada de invasores de terras indígenas já demarcadas e a efetiva proteção das mesmas.
 - Implementar ações e projetos intersetoriais que ponham fim à violência e criminalização de lideranças indígenas, quilombolas, sem terra e sem teto,

assegurando a punição dos responsáveis por essas práticas, a reparação dos danos causados e estabelecendo o comprometimento dos agentes do estado (Ministério Público, Defensorias) na proteção da vida dos atingidos.

- Privilegiar o atendimento das demandas da população local por energia, atrelados a projetos sustentáveis para a produção de energia limpa.
- Incentivar a diversificação da matriz elétrica estadual, aumentando os investimentos em energia eólica. A título de exemplo citamos a região do Marajó, que tem média anual acima de 6m/s, valor considerado compatível para a instalação de aerogeradores e produção de energia.
- Lutar pela reestatização da CELPA, privatizada pelo governo do PSDB, com a promessa de reduzir tarifas e melhorar o serviço. O que vimos foi exatamente o contrário. Muitos pequenos empreendedores tiveram que fechar seus negócios, exatamente por não poderem pagar as tarifas exorbitantes. É um absurdo que tenhamos duas das maiores hidrelétricas do país, mas paguemos um das contas mais caras do Brasil. O Governo do PSOL estará nas ruas, junto com o povo, exigindo a reestatização da CELPA.
- Ampliar e aprofundar os estudos já existentes (UFPA) sobre a geração de energia solar na Amazônia, que atendam comunidades locais com baixíssimo impacto ambiental, de simples operação e baixo custo de manutenção, com troca de baterias a cada 3 anos e prazo de garantia de até 25 anos para os módulos solares.
- Suspender a licença de operação da UHE Belo Monte, até a completa efetivação das condicionantes indígenas e socioambientais, e após, em consulta à população, definir seu destino.
- Fiscalizar as pesquisas exploratórias em andamento sobre a exploração de petróleo na zona costeira do estado, e fomentar o debate urgente com as comunidades locais sobre os riscos para o meio ambiente, para o modo de vida das populações costeiras e para a economia local, em especial a pesca e o turismo.
- Adotar política contra a substituição da cultura de alimentos pela monocultura do dendê, como vem ocorrendo nas pequenas propriedades do nordeste paraense. A produção do biodiesel só deve prosperar se estiver baseada na lógica da integração com a agricultura familiar, com baixa agressividade ambiental.
- Criar um programa de logística para atender as demandas de circulação e comercialização de produtos dos micro e pequenos produtores urbanos e rurais;
- Apoiar e fortalecer as atividades das cooperativas, associações e pessoas envolvidas na economia popular e solidária, agricultura familiar, pequenos criadores, pescadores, extrativistas e demais atividades produtivas e de serviços desses setores.

- Incentivar a criação de uma rede de transportes hidroviária e rodoviária do pequeno produtor, para conectá-lo diretamente ao seus consumidores, integrando as comunidades, as cidades, as mesorregiões e o estado.
- Ampliar e reforçar o apoio à economia solidária e popular, aumentando o fundo de financiamento, praticando juros subsidiados, com fins sociais, com carência estendida e a simplificação do acesso ao crédito.
- Estabelecer planejamentos orçamentário (PPA, LDO e LOA) que contemple crédito e fomento à economia solidária, apoio à produção e comercialização, formação e assessoria técnica, com foco especial na criação e fortalecimento de redes, cadeias produtivas e finanças solidárias;
- Manter e criar novos espaços públicos e feiras da economia solidária e popular, urbanas e rurais ligando os produtores diretamente aos consumidores;
- Criar e executar políticas de incentivo para Financiamentos Econômicos Solidários (EES) ligados à produção orgânica, agroecológica e artesanal;

#CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Articular uma rede de pesquisas que visam a melhoria e desenvolvimento do estado do Pará e seu povo pelo viés intersetorial entre SECTET, UEPA, Museu Paraense Emilio Goeldi, PRODEPA, EMBRAPA e Instituto Evandro Chagas;
- Efetivar a Lei nº 8.426/2016 que estabelece medidas de incentivo à inovação, à pesquisa científica e tecnológica e à engenharia não rotineira, visando ao desenvolvimento tecnológico, econômico, científico e social no contexto da competitividade e sustentabilidade do Estado do Pará;
- Fortalecer e ampliar a atuação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para captação de recursos e fomento à pesquisa na área tecnológica para desenvolvimento social e humano;
- Ampliar as ofertas de cursos profissionalizantes via SECTET para todas regiões do estado com foco na juventude, mulheres e povos tradicionais e originários;
- Democratizar os Editais via FAPESPA de apoio financeiro às pesquisas e realização de eventos acadêmicos para as regiões do estado.
- Realizar Feiras, Simpósios, Congressos, Encontros, Seminários locais, nacionais e internacionais em parceria com as universidades públicas e outros órgãos de fomento à Ciência e Tecnologia que coloquem em foco a região amazonida e seu povo;

4.4. EIXO ESTRUTURANTE IV: GOVERNAR PARA GARANTIR DE DIREITOS (mobilidade e acessibilidade, saneamento e gestão dos resíduos sólidos, meio ambiente e recursos hídricos, moradia, turismo, cultura e patrimônio, esporte e lazer).

A garantia de direitos para o Psol está associada inequivocamente ao reconhecimento da cidadania estendida a toda e qualquer pessoa que viva dentro da territorialidade paraense. Nesta perspectiva, o direito a ter direitos, como diria Hannah Arendt está em nosso horizonte de pensamentos e ações. Mas para que eles sejam garantidos uma nova postura e processo de decisão política precisam ser implementados no estado. Nessa nova forma de olhar para os problemas sociais e buscar suas resoluções é incompatível a permanência da população em situação de abandono e exclusão dos programas de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos, mobilidade, acessibilidade, cultura, esporte & lazer, e moradia.

Em uma gestão verdadeiramente democrática, podemos potencializar os ativos existentes (conquistas sociais e iniciativas em curso) contribuindo para a formulação e vivência de novos modelos de cooperação, governança e atuação política. Um povo conhecedor de seus direitos, saberá exigir de seu governante uma atuação firme e coerente no que diz respeito às resoluções apresentadas por uma sociedade civil que se organiza. Para a estruturação das estratégias de enfrentamento aos desafios impostos, no Plano de Governo, o Eixo Direito à Cidade é trabalhado a partir de seis temas norteadores: (i) Uso e Ocupação do Território; (ii) Mobilidade Urbana e Acessibilidade; (iii) Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos; (iv) Meio Ambiente e Recursos Hídricos; (v) Arte, Cultura e Patrimônio; e (vi) Esporte e Lazer.

#AMPLIAR A MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE NAS CIDADES

- Executar as obras e implantar o Sistema Integrado de Transporte da Região Metropolitana de Belém, baseado na integração entre diferentes modais e a integração tarifária, dando continuidade e aprimorando as ações já iniciadas e de forma articulada com os municípios;
- Implementar nos municípios de médio e pequeno porte projetos que promovam a integração entre diferentes modais de transporte (em especial ônibus, barco e bicicleta) e incentivar a mobilidade urbana não-motorizada;
- Ampliar as condições de acessibilidade através da qualificação dos espaços públicos e o cumprimento das normas de acessibilidade universal;
- - Investir em manutenção, sinalização e recuperação da malha rodoviária do estado;

- Pavimentar as rodovias que estão sem asfalto garantindo condições de segurança aos motoristas que circulam nessas rodovias;
- Recuperar e construir pontes de concreto e madeira para viabilidade da mobilidade eficaz e segura;
- Incentivar o uso das hidrovias recuperando portos e construindo novos equipamentos;
- Assegurar a derrocada do Pedral do Lourenço viabilizando as eclusas de Tucuruí;
- Recuperar os aeródromos locais;
- Realizar ciclo de debates e audiências públicas sobre a expansão da malha ferroviária no estado;
- Construir o BRT metropolitano;
- Criar linhas regionais de transporte rodoviário, aeroviário e rodoviário.
- Criar política de mobilidade a Pé e Política de Ciclomobilidade, principalmente, na região metropolitana da capital paraense;
- Qualificar a fiscalização dos meios de controle sobre os transportes coletivos;
- Criar campanha educativa para diminuição do número de vítimas em acidentes de trânsito;
- Educação no trânsito terrestre e fluvial (casos de escarpamentos na Amazônia);

#SANEAMENTO COMO PRIORIDADE

- Buscar a universalização dos serviços de saneamento geridos pelo poder municipal, de acordo com as diferentes realidades locais, através do planejamento e gestão integrados às políticas de desenvolvimento urbano e regional, priorizando a expansão e tratamento dos esgotos, a universalização do abastecimento de água e da coleta de esgotos, bem como a implantação efetiva da tarifa social para as famílias carentes.
- Priorizar a gestão dos resíduos sólidos mediante o incentivo à constituição de Consórcios Públicos que fomentem, através de assistência técnica e recursos, as ações municipais, visando a redução do aporte de resíduos em aterros sanitários;
- Retirar o Lixão de Marituba e firmar convênio com a UFPA e a UEPA para que sejam encontrados locais adequados para instalação de verdadeiros Aterros Sanitários em todas as meso-regiões;
- Fimar convênios com os municípios a fim de instituir a coleta seletiva de resíduos sólidos e a conformação de cooperativas de catadores;
- Aplicar efetivamente os preceitos da Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- Formatar convênio entre o estado e os municípios da região metropolitana de Belém para dar destinação eficiente aos resíduos sólidos;
- Dotar a COSANPA de capacidade institucional e política para desenvolver plenamente suas atribuições, assegurando água tratada e rede de esgoto para a população paraense;

#ESTRUTURAR A GESTÃO METROPOLITANA

- Estruturar a gestão das Regiões Metropolitanas de Belém, Santarém e Marabá, de modo a promover a articulação das funções públicas de interesse comum entre os municípios como transporte, saneamento e habitação;
- Promover o apoio técnico aos municípios que fazem parte das regiões metropolitanas para criar o Sistema de Planejamento Integrado das regiões metropolitanas e o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano Integrado, visando articular os recursos destinados às Funções Públicas de Interesse Comum;
- Regulamentar a possibilidade de financiamento para consórcios públicos, ampliando as possibilidades de governança e execução de projetos de interesse metropolitano;
- Planejar as áreas rurais no contexto metropolitano, promovendo atividades econômicas e produtivas que incorporem a agricultura familiar e atividades de populações tradicionais;

#FORTALECER A REDE DE CIDADES PEQUENAS, MÉDIAS, RIBEIRINHAS E DE FRONTEIRAS

- Promover o suporte técnico necessário aos pequenos e médios municípios e que não possuem estrutura administrativa e recursos financeiros para sustentar quadros especializados;
- Promover o apoio técnico para orientar o planejamento das cidades médias em processo de crescimento demográfico;
- Fomentar a produção da agropecuária familiar e a pesca para fortalecer as dinâmicas socioeconômicas das pequenas cidades;
- Desenvolver um plano de ação para as cidades que acolhem refugiados e imigrantes, especialmente nas fronteiras;

CULTURA

- Implantar do Fundo Estadual de Cultura a fim de garantir o acesso mais democrático dos recursos culturais por meio do Fundo e da política de editais;
- Democratizar a gestão cultural pela implantação do Conselho Estadual de Política Cultural e de um modelo de democracia participativa na Cultura, com a formação de Fóruns Setoriais e Regionais, com livre participação de artistas e fazedores de cultura de acordo com as suas áreas de atuação em termos de

linguagens artísticas / culturais e regiões, os quais devem formular propostas de políticas e ações para suas respectivas áreas;

- Planejar a longo e médio prazo a política cultural para o estado com a formulação e execução do Plano Estadual de Cultura, o qual deve ter a duração de 10 anos, de modo a nortear as ações e políticas culturais.

- Realizar a Conferência Estadual de Cultura para definição e legitimação da proposta final do Sistema Estadual de Cultura do Pará, o qual deve se constituir em Projeto de Lei a ser submetido à aprovação da Assembleia Legislativa do Pará;

- Criar “Pólos Regionais” da Fundação Cultural do Pará (FCP).

- A descentralização irá reduzir os gastos e otimizar o emprego dos recursos, além de valorizar os profissionais das diferentes regiões.

- Realizar concurso público para a Fundação Curro Velho com vagas para outros municípios, além de Belém, para efetivação de núcleos em todas as regiões do estado.

- Lançar Edital específico de apoio à “Espaços culturais Independentes”;

- Criar “Programa de Intercâmbio Interétnico” (nível estadual).

- Criar projeto para estruturação de “Salas de Artes” nas escolas públicas do Estado;

- Democratizar os espaços públicos do estado para a criação de Programas projetos e ações na área da cultura que mobilize e crie novas dinâmicas culturais, articulando artistas, lideranças, e comunidade escolar do entorno a esses espaços;

- Implantar “Plano de Cargos Carreira e Remuneração (PCCR)” dos servidores da área cultural;

- Revisar e corrigir os valores dos editais da Fundação Cultural do Pará (FCP);

- Incentivar a criação de espaços culturais que estão proliferando em Belém e outras cidades paraenses, mas que não contam atualmente com nenhum incentivo por parte do poder público estadual ou municipal;

- Incentivar o uso de espaços públicos para manifestações culturais, - como praças e logradouros públicos, inclusive mercados públicos - com o devido respeito ao uso e manutenção destes espaços públicos, inclusive ao que dispõe o código de posturas em espaços públicos;

- Elaborar Editais Prêmio de Cultura voltados para grupos de cultura popular e para a preservação de identidades e manifestações culturais de povos e

segmentos tradicionais e/ou marginalizados, como quilombolas, LBGTQI, negros, ribeirinhos, periféricos, cultura de rua, rapp, entre outros e outras;

- Realizar Mapeamento da Diversidade Cultural do Pará, abrangendo todas as Regiões de Integração utilizando técnicas participativas e digitais, de forma que esta cartografia seja acessada e alimentada pelos próprios agentes culturais.

- Incentivar a elaboração de Mapas e Cartografias Culturais por Região e por Município, sobretudo aqueles municípios que já possuem o Sistema Municipal de Cultura funcionando com parceria com as universidades públicas com UEPA e UFPA.

- Realizar inventários culturais por região e/ou municípios em articulação com as secretarias municipais de cultura e conselhos municipais de cultura, além de fóruns livres de cultura;

- Formular proposta de Desenvolvimento endógeno (ou local) tendo como eixos a Cultura e a Economia Criativa, sendo que esta proposta deve estar em sintonia com o Plano Estadual de Cultura;

- Apoiar iniciativas voltadas ao fomento da Economia Criativa, da Criatividade e de segmentos criativos, desde que articuladas com as políticas culturais e voltadas para a valorização e fomento da diversidade cultural, que é principal esteio dos processos criativos;

- Realizar um Mapeamento Criativo do Estado do Pará, de modo a identificar os segmentos e iniciativas criativas e potenciais áreas e segmentos criativos;

- Apoiar iniciativas voltadas à formação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, sobretudo aqueles voltados à concessão de linhas de microcrédito de uso e fomento de moedas sociais e de valorização da cultura local;

- Articular a formação de Incubadoras Culturais e Criativas junto com as universidades públicas (como UFPA e UEPA) e outras instituições que atuam nas áreas de capacitação gerencial e empreendedorismo (como SEBRAE e SESC), de financiamento (como bancos públicos e de desenvolvimento, como BASA e BANPARÁ), de capacitação técnica e artística, entre outros.

#TURISMO

- Fomentar o turismo pelos Programas e Ações intersetoriais com realização de eventos que congreguem a arte, a economia, gastronomia, natureza, cultura e o lazer em todas as regiões do estado;

- Propor uma política ampla, democrática e efetiva para Secretaria Estadual de Turismo;

- Ampliar o patrimônio turístico para as demais regiões do estado, hoje concentrado na capital do estado;

- Assegurar política de parceria entre as esferas federal, estadual e municipal para o desenvolvimento do turismo local e regional;
- Fomentar junto aos pequenos empresários investimentos no turismo nas regiões do Tapajós, Xingu, Marajó, Amazônica Atlântica e Araguaia/Tocantins desconcentrando o foco nas atividades e espaços da capital do estado;
- Fomentar em parceria com os municípios a prática de esportes de aventura, trilhas e de ecoturismo nas regiões cujas características são favoráveis para efetivação de tais práticas;
- Criar Programa de formação de agentes locais de turismo, com prioridade aos jovens e idosos para atuarem como guias em passeios, museus, trilhas terrestre e fluvial, entre outros;
- Compartilhar gestão dos espaços públicos com intuito de democratizar o acesso e ampliar agenda de eventos nos espaços turísticos do estado;
- Realizar Feiras em parcerias com os municípios e classe empresarial local para divulgar a cultura, arte, natureza e gastronomia paraense;

ESPORTE, ARTE E LAZER

- Realizar Conferência Estadual de Esporte e Lazer a fim de convocar os municípios na construção de uma política desconcentrada da região metropolitana e assim garantir a democratização do acesso de esporte e lazer como direitos sociais;
- Viabilizar a criação e funcionamento do Conselho Estadual de Esporte e Lazer;
- Retomar a funcionalidade da Diretoria de Desenvolvimento de Formação e Pesquisa em esporte e lazer cujo objetivo é fomentar a formação de lideranças que ajudarão os municípios a realizarem eventos para as cidades em parceria com as universidades públicas do estado.
- Implementar o Projeto de Escolas de Esportes que deverá ser efetivada por meio de parcerias com as escolas públicas, prioritariamente, da rede estadual de ensino, clubes, associações, ONG e municípios, dando acesso gratuito, às diversas modalidades esportivas em todo o estado;
- Desenvolver programas e projetos nas diversas modalidades esportivas de aventura/natureza para colocar ao estado do Pará como uma potência de incentivo às práticas que interajam com o meio ambiente sem degradá-lo com fomento ao turismo local/regional.
- Criar Centros de Esporte e Lazer nas regiões do estado para realização de eventos de médio porte, como competições esportivas, festivais de lazer, festivais de arte, cultura entre outros;

- Revitalizar o espaço do Mangueirão como uma grande praça de práticas esportivas e lazer com instalações de equipamentos de academia, playground, quadras poliesportivas e arenas de práticas de jogos populares e de lazer ao ar livre;
- Implantar do “Programa Bem Viver na Terceira Idade” cujo objetivo é ofertar atividades esportivas e de lazer para idosos de todas as regiões do estado Pará;
- Implantar o “Programa esporte, arte e lazer nos rios e na floresta” cujo objetivo é fomentar práticas esportivas e de lazer peculiares à população ribeirinha, quilombolas e povos originários (indígenas);
- Apoiar eventos esportivos organizados pelas federações, ligas, associações, academias e outras formas organizativas existentes nos municípios do estado, nas diversas modalidades;
- Ampliar a quantidade de atendimentos de bolsas do Projeto Bolsa Talento (Lei 7.119, de 31 de março de 2008) para atletas amadores, olímpicos e paraolímpicos a fim de garantir apoio na preparação e participação nas competições regionais, nacionais e internacionais;
- Garantir a participação das pessoas com deficiência nos programas e ações de esporte, arte e lazer nas atividades e infraestrutura adaptadas às peculiaridades das pessoas.
- Apoiar o esporte amador e o esporte comunitário, fomentando competições regionais e estaduais, bem como apoiar com recursos financeiros e com recursos materiais para que atletas amadores ou não participem de competições fora do estado.
- Garantir a formação continuada aos servidores que atuam com esporte, arte e lazer;
- Criar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para servidores da SEEL;

MORADIA

A moradia para o Governo do Psol é um direito básico para garantia do bem viver da população paraense. No Pará mais de 400 mil famílias não possuem moradia, segundo dados da COHAB (2017) o estado apresenta o total 1,8 milhões de habitações e com o déficit habitacional de 423 mil.

- Implementar uma política de habitação integrada e diversificada;
- Estruturar as cidades a partir da política habitacional e da mobilidade urbana, investindo na ampliação, integração e qualificação da rede de transporte público de massa de forma integrada à produção de moradia social em áreas onde o investimento público em infraestrutura e equipamentos urbanos já foi consolidado e ou viabilizado;
- Implementar uma política habitacional por meio de programas diversificados que considerem as especificidades das diferentes regiões do estado e de seus beneficiários;

- Fortalecer a COHAB-PA na promoção de ações integradas de urbanização, produção habitacional, assistência técnica e regularização fundiária;
- Aprimorar e ampliar o Programa Cheque Moradia, tornando-o o eixo principal de uma política integrada de assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social, cumprindo a Lei nº 11.888/2008, de forma articulada às ações de urbanização de assentamentos precários, de regularização fundiária e de assistência social;
- Disponibilizar para a promoção da habitação social os imóveis e terrenos ociosos do Estado;
- Promover monitoramento e estimar o déficit habitacional das cidades do Pará por faixa de renda, a partir dos dados do CENSO;
- Desenvolver Programa de Regularização Fundiária realizando diagnóstico sobre a situação da terra urbana no Pará, fazendo o levantamento e a reserva de terras disponíveis que possam ser utilizadas para erradicar o déficit habitacional no estado;
- Promover programas que priorizem a construção de moradias populares, junto ao Governo Federal e refazer o cadastro de famílias que estão sem teto ou moram em condições habitacionais precárias e de abandono;
- Criar política de habitação aos servidores públicos estaduais;
- Promover programa de parcelamento do custo da moradia em vários meses de acordo com a situação de trabalho do pretendente à moradia;

4.5. EIXO ESTRUTURANTE V - GOVERNAR COM O POVO: desconcentrar, participação e controle social.

Diante da conjuntura desafiadora que é mudar o Pará e transformá-lo em um estado forte, rico e com potencial para cuidar das pessoas de forma verdadeiramente humana, com inversão de prioridades e garantia de direitos sociais, o PSOL se apresenta como uma alternativa que viabilizará uma forma de gestão compartilhada, democrática e com a participação do povo. A população participará das decisões em conjunto com gestão, lado a lado, ombro a ombro, usufruindo de direitos negados por décadas pelas gestões governamentais que concentraram suas prioridades para a classe economicamente abastada.

Quando o povo enfim consolidar a sua vitória nas urnas, vai conhecer e vivenciar uma gestão desconcentrada e com participação do popular, com transparência e ética do uso dos recursos públicos do estado que vão alterar os indicadores sociais, urbanos e rurais. É sabido que não será uma tarefa fácil, visto que a ofensiva neoliberal impõe uma agenda de ajustes fiscais cuja tendência é diminuir gastos públicos com a população pobre e garantir o lucro dos ricos.

O estado do Pará precisa passar uma real mudança em que homens e mulheres possam reavivar suas esperanças de que um novo Pará é possível, um Pará que rompa com o clientelismo, com a subordinação aos ditames do autoritarismo dos que estiveram à frente da gestão. É necessário mais do que nunca que o povo governe, que o povo decida sobre o estado que quer viver sem medo de sair às ruas, de andar nos transportes públicos, de estudar numa escola e universidade públicas de qualidade socialmente referenciada, com infraestrutura para manter os alunos nos espaços de formação escolar e universitária, que possa procurar os hospitais estaduais sem precisar se deslocar para a capital do estado, que possam usufruir do direito de ser, sem machismo, lgbtfobia, racismo e qualquer outra forma de preconceito. Um estado que garanta o bem viver pela intergeracionalidade, no consumo da arte, da cultura, do turismo e do esporte e lazer. Um bem viver que cuide de si e do outro, do meio ambiente, da moradia, do saneamento, do alimento e da vida.

E é isso que vamos fazer no primeiro dia de mandato: conclamar o povo para a construção do poder popular para inverter prioridades e garantir direitos pela implementação e mecanismos que elabore, monitore e avalie o Governo de Fernando Carneiro e Tati Picanço. A democracia será efetivada pela valorização das decisões populares por meio do Conselho do Estado, Conselhos Administrativos Regionais, Conselhos Gestores, entre outros que serão fortalecidos e fomentados conforme o setor de desenvolvimento do estado. O que queremos enfatizar é que o Governo implantará canais possíveis para o Estado receber as demandas e sugestões da população que em conjunto com os povos em resistência e luta, este novo governo irá debater temas conjunturais que definam a vida das cidades e das cidadãs e cidadãos paraenses. É preciso nos ver pelo olhar do povo e buscar alternativas de bem viver para toda população paraense.

Para fortalecer a participação do povo, vamos fomentar a ativação dos conselhos de participação social em todos os órgãos da administração pública, direta e indireta - o que inclui as empresas estatais com adequação às realidades de cada órgão; o importante é ouvir os usuários dos serviços públicos para entender como melhor atendê-los. A proposição em decidir por obras e serviços é um estímulo à organização e participação de todos os paraenses na política do estado, hoje tão desacreditada.

Governar com o povo é um eixo norteador do Programa de Governo de Fernando Carneiro e Tati Picanço que possibilitará a construção de um projeto de sociedade antagônico ao modelo vigente, será uma experiência inovadora nunca vivida no Pará, e que dialogar, deliberar, fiscalizar e avaliar com o povo o uso dos recursos públicos será uma conquista histórica, política e social. Além de reconhecer o servidor público como um dos principais sujeitos do protagonismo da participação popular, pois são eles quem objetivam a qualidade social dos serviços públicos à população, o que aumenta o nosso compromisso em construir uma nova cultura nas relações de trabalho, para isso a valorização, respeito e condições dignas no cotidiano das ações desse Programa de Governo são premissas fundamentais para valorização do serviços públicos e de quem os executa.

#DESCONCENTRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DA GESTÃO

- Realizar o Congresso Estadual das Cidades do Pará;
- Efetivar as Administrações Regionais com intuito de compartilhar e desconcentrar a gestão da capital do estado;
- Garantir instrumentos de controle e acompanhamento das políticas públicas como conquista do povo que quer governar;
- Afirmar o Governo do PSOL como governo de participação popular e democrático pelas ações com inversão de prioridades, ética e transparência;
- Estimular a população paraense a serem protagonistas das decisões para a verdadeira mudança do estado.
- Criar comitê gestor dos Eixos Estruturantes do Plano de Governo via secretaria de planejamento a fim de consolidar a gestão intersetorializada;
- Realizar Fóruns estaduais temáticos que compõem os Eixos do Programa de Governo;
- Fortalecer os Planos de Desenvolvimento Local e Sustentáveis pelo viés das ações intersetoriais via Administrações Regionais;
- Planejar e Orçamento participativo nas cidades do Estado do Pará;
- Fortalecer as ouvidorias públicas do estado;

- Fomentar criação de fóruns, comitês e afins, as discussões para cobrar do poder judiciário a instalação de varas da infância e juventude (especializadas e exclusivas, considerando os critérios acima listados para a implantação de NAECAS), assim como a criação de varas privativas e/ou especializadas de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, considerando, principalmente, os resultados das CPIs existentes sobre o tema e os pareceres das organizações que atuam na prevenção e no combate a esse tipo de crime.
- Instituir uma Política Regional para a desburocratização e inovação no Setor Público;
- Criar ações do controle interno no acompanhamento das políticas públicas para prevenir corrupção e mau uso dos recursos públicos;
- Constituir Conselhos de Representantes Comunitários das administrações regionais, por eleição direta;
- Garantir autonomia para as Administrações Regionais, com reforço nas atribuições, orçamento e qualificação do corpo de servidores.

SERVIDOR PÚBLICO

- Política de valorização do(a) servidor(a) pelo programa permanente de capacitação, garantia de condições de trabalho dignas e salário justo;
- Atualização do valor da diárias dos servidores;
- Debater e consolidar o Plano de Cargos e Carreira e Remuneração para as categorias de servidores que ainda não possuem seus PCCRs;
- Instituir programa de qualidade de vida para os servidores do estado;
- Criar câmara de atenção aos trabalhadores terceirizados;
- Implantar programa de diversidade, com adoção de cotas raciais e etnia;
- Redução do número de cargos comissionados de livre provimento;
- Fazer diagnóstico dos pedidos de progressão funcional e criar mecanismos para deixar em dia tais progressões;
- Desenvolver um amplo processo de modernização da gestão com prioridade na informatização, democratização e agilidade no atendimento;
- Promover política de formação do servidor em parceria com a Universidade do Estado do Pará;

- Implementar o Programa Bem Viver Servidor;
- Ampliar os convênios com o IASEP;
- Desconcentrar os convênios do IASEP da região metropolitana do estado;
- Construir política acessível, justa e democrática de crédito ao servidor junto ao BANPARÁ;
- Ampliar o atendimento de apoio aos aposentados e pensionistas do estado;
- Atualizar de acordo com índice inflacionário os vencimentos de aposentados e pensionistas do estado;
- Criar ações intersetoriais de políticas públicas como saúde, educação, esporte e lazer, cultura, turismo para o atendimento e apoio aos servidores aposentados e pensionistas;